

TRANSVERSALIDADE DA ATENÇÃO E GESTÃO NA CLÍNICA-POLÍTICA EM CAPS AD

Ariane Brum de Carvalho (UFS)

Liliana da Escóssia (UFS)

Michele Faria de Freitas Vasconcelos (UFRGS)

Os movimentos de Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial produziram mudanças no modo de cuidado a usuários em saúde mental no Brasil. Assentados nas experiências italianas de desinstitucionalização da loucura, buscam suplantam o modelo hospitalocêntrico, biologicista, centrado na doença e no tratamento manicomial. Criam-se os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas) como serviços substitutivos a esse modelo. Nesse trabalho, realiza-se uma análise da Política de Atenção Integral a usuários de AD na rede de atenção de Aracaju- SE, discutindo impasses e potencialidades de operar uma clínica que se pretende antimanicomial. Para essa discussão, parte-se da indissociabilidade entre clínica e política, no campo teórico da produção de subjetividade na contemporaneidade e na análise das questões político-econômicas que atravessam o tema 'drogas' no sistema capitalista. Ressalte-se que esse tema nem sempre foi tratada como um problema de saúde, havendo poucos estudos nessa área. Constatamos numa análise sócio-histórica, três modos de entendimento e atenção a esses usuários no Brasil. Em um primeiro momento, o usuário era visto como criminoso, sendo encaminhado para prisão. Em um segundo, com a ordem médica-psiquiátrica, o usuário passa a ser entendido como doente, sendo submetido a procedimentos médicos-psiquiátricos. Por fim, tem-se o desafio de focar no usuário, como sujeito de singularidades e direitos criando-se novas possibilidades de ação. Nos dois primeiros momentos, as intervenções do poder público eram pautadas numa política proibicionista. Em 2003, quando da instituição da Política de Atenção Integral para usuários de AD, o governo brasileiro assume o consumo de drogas como problema de saúde pública, apostando na política de Redução de Danos. A partir de uma inserção no campo das práticas verificamos que os princípios da indissociabilidade entre atenção e gestão e da transversalidade, bem como algumas estratégias/dispositivos, como cuidado no território e clínica de rua, são cruciais na micropolítica da Redução de Danos, pois colocam em análise os modos de operar uma clínica antimanicomial no contexto das sociedades capitalistas. Apontamos, portanto, a necessidade de uma política articulada com a tessitura social e com os sujeitos que a compõem.

Palavras chaves: saúde mental; clínica-política; Aracaju
ariane_brum@yahoo.com.br